



GESTÃO DE CUSTOS AMBIENTAIS:

Um estudo comparativo
em hotéis de municípios do
Rio Grande do Norte e Paraíba

Kailli Milene de Figueiredo Melo
Auris Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino
Sérgio Luíz Pedroza Silva
José Sueldo Câmara Ferreira
Pablo Marlon Medeiros da Silva
Cássio Rodrigo da Costa Almeida
Jorge Eduardo de Medeiros Lopes
Brena Samara de Paula



2022



GESTÃO DE CUSTOS AMBIENTAIS:

Um estudo comparativo
em hotéis de municípios do
Rio Grande do Norte e Paraíba

Kailli Milene de Figueiredo Melo
Auris Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino
Sérgio Luíz Pedroza Silva
José Sueldo Câmara Ferreira
Pablo Marlon Medeiros da Silva
Cássio Rodrigo da Costa Almeida
Jorge Eduardo de Medeiros Lopes
Brena Samara de Paula



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos
à Editora e-Publicar pelos autores

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Dandara Goulart Mello

Lidiane Bilchez Jordão

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os autores

**GESTÃO DE CUSTOS AMBIENTAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO EM HOTÉIS
DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA.**

Todo o conteúdo desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará



Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G393 Gestão de custos ambientais [livro eletrônico] : um estudo comparativo em hotéis de municípios do Rio Grande do Norte e Paraíba / Organizadores Kailli Milene de Figueiredo Melo... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-096-2

DOI 10.47402/ed.ep.b202218170962

1. Gestão orçamentária. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Melo, Kailli Milene de Figueiredo, 1989-. II. Oliveira, Auris Martins de, 1968-. III. Valdevino, Rosângela Queiroz Souza, 1984-. IV. Silva, Sérgio Luíz Pedroza, 1965-. V. Ferreira, José Sueldo Câmara, 1967-. VI. Silva, Pablo Marlon Medeiros da, 1988-. VII. Almeida, Cássio Rodrigo da Costa, 1974-. VIII. Lopes, Jorge Eduardo de Medeiros, 1983-. IX. Paula, Brena Samara de, 1991-.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



Prefácio

Caro leitor,

Ao fazer uma menção sobre as autoras e autores, Kailli Milene de Figueiredo Melo, professora Rosângela Queiroz Souza Valdevino, Brena Samara de Paula, professores Auris Martins de Oliveira, Sérgio Luíz Pedrosa Silva, José Sueldo Câmara Ferreira, Cassio Rodrigo da Costa Almeida, Jorge Eduardo de Medeiros Lopes, e Pablo Marlon Medeiros da Silva, membros em sua maioria do Grupo de Pesquisas em Gestão, Finanças e Contabilidade (CNPq/UERN/PROPEG), promove naturalmente uma tranquilidade em recomendar a leitura desta obra.

Muito embora as tratativas contenham a técnica da informação dos assuntos relevantes da contabilidade para a sociedade em geral, destaco a abordagem da temática ambiental nesse contexto. Na qual, provoca uma reflexão no leitor sobre a interação das atividades dos hotéis e seus eventuais impactos na natureza, gerando um protagonismo em todo contexto.

O livro é um exercício constante sobre interdisciplinaridade. Tendo como centralidade a ciência contábil e o meio ambiente natural, em uma inteligente composição, na qual seu pano de fundo é o desenvolvimento sustentável. Seus capítulos introdutórios, assim como os demais, constituem-se em um constante desafio ao leitor, que passa a perceber, querendo ou não, ser uma realidade, o exercício da reflexão de que tipo de desenvolvimento que queremos e almejamos como pesquisadores, contadores, trabalhadores, empresários, professores, seres sociais, protagonistas de nossa realidade.

Esta obra foi pensada com a intencionalidade de que o leitor possa utilizar seus achados como fonte de dados para o progresso da ciência, no que tange ao desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, entendemos que trabalhos futuros, possam se valer desse conteúdo, para aprofundar a importante temática que envolve a ética e o compromisso socioambiental, com respeito à sustentabilidade e ao futuro da vida no planeta.

Boa leitura!

Dr. Alex Martins de Oliveira

Professor Titular de informática, Redes de Computadores e Tecnologia em Sistemas para Internet do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre, RS, Brasil. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISNOS). Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



Sumário

PREFÁCIO.....	5
1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1. GESTÃO AMBIENTAL & DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	10
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	11
2.2.1 Orçamento e controle.....	15
2.2.2 Ativos Ambientais	16
2.2.3 Passivos Ambientais	16
2.2.4 Receitas Ambientais	17
2.2.5 Custos ambientais.....	17
2.2.6 Despesas ambientais	18
2.2.7 Perdas ambientais	17
3 METODOLOGIA.....	20
4 RESULTADOS	22
4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	22
4.2 CONSOLIDAÇÃO DAS ANÁLISES DOS DADOS.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33
AUTORES.....	36



1 INTRODUÇÃO

O impacto das questões ambientais vem evoluindo e trazendo consigo mudanças comportamentais, em decorrência do aumento exacerbado da consciência ambiental. O homem, em suas atividades corporativas, busca meios naturais à sobrevivência através de captação de recursos financeiros focados numa responsabilidade socioambiental. Com o passar dos tempos, surgiu a necessidade pela busca de meios renováveis, que visem não tão somente preservação do meio ambiente, mas também como uma fonte de recursos para redução de seus custos e passivos ambientais. Ou ainda, para uma atribuição positiva à imagem da empresa, considerando como fator competitivo que concede vantagens no mercado.

O conceito de desenvolvimento sustentável absorve como princípio o direito das gerações futuras a um meio ambiente limpo, onde sejam promovidas ações produtivas com responsabilidade socioambiental, promovendo assim níveis elevados de qualidade nos serviços e produtos mais saudáveis, sem causar impactos na natureza. Com a crescente necessidade da evolução tecnológica e o avanço da globalização, as empresas adotam gestões verdes com a passar dos anos em função das exigências legais e, por outro lado, benefícios de uma gestão voltada aos meios naturais; diminuindo seus custos com processos ecológicos adotados. Um método eficaz aplicado para obtenção desses resultados é a implantação de uma gestão ambiental, visando diminuir os impactos causados ao meio ambiente devido as suas atividades, otimizando os recursos disponíveis.

As corporações dedicam esforços e ações no que diz respeito ao relacionamento referente suas atividades com a proteção, preservação e recuperação ambiental. A gestão ambiental é considerada uma ferramenta poderosa quanto aos possíveis e prováveis danos causados pelas suas atividades, que nada mais é do que um conjunto de medidas adotadas para diminuir e eliminar os problemas causados pelas atividades da empresa. Embora não sejam obrigatórias, a manutenção nos mercados impõe a implementação de uma gestão ambiental nas empresas, representando um grande aliado para a adequação das políticas sustentáveis.

Diante do exposto, a pesquisa surge com a seguinte problemática, as empresas hoteleiras nos municípios do Rio Grande no Norte e Paraíba utilizam uma gestão estratégica de custos ambientais de forma segregada dos demais gastos de serviços prestados?

O objetivo geral desta pesquisa é, então, verificar se existe uma análise e controle dos custos ambientais segregados dos demais gastos da prestação de serviços, enfocando o sistema



operacional dos hotéis em municípios do Rio Grande do Norte e Paraíba. Com base nesse objetivo principal, ressaltam-se alguns objetivos secundários: identificar a presença ou não de custos ambientais nos sistemas operacionais; analisar os orçamentos em confronto com a contabilidade de custos propriamente dita; investigar a presença de medidas corretivas nos custos que estejam acima das previsões orçamentárias e averiguar a presença ou não de contas (plano de contas) de custos ambientais segregadas dos demais gastos da prestação de serviços.

A contabilidade como ciência do patrimônio e a gestão ambiental assumem um grande papel no meio socioambiental e empresarial. A gestão ambiental cada vez mais vem mostrando seu significado no enfoque da sustentabilidade, pauta de grande relevância na atualidade, pela degradação aos meios naturais, causada pelas suas atividades econômicas, gerando a percepção da necessidade da preservação do meio ambiente, otimizando os recursos disponíveis, fazendo uso de fontes renováveis para obter bons resultados para empresa sem que haja danos à natureza, aplicando a gestão ambiental para diminuir seus custos e passivos ambientais.

Esta pesquisa aborda um estudo comparativo em hotéis do Rio Grande do Norte e Paraíba. Preliminarmente, o levantamento dos dados deu-se com levantamento bibliográfico, de artigos, livros, revistas e pesquisa eletrônica, dando suporte aos objetivos da pesquisa, sintetizando o referencial teórico, embasando os objetivos assumidos ao longo do trabalho. Que segue com a coleta das informações impostas por meio específico, um questionário aplicado com perguntas abertas e fechadas, e entrevistas.

Para melhor entendimento da proposta, o livro está estruturado da seguinte forma: inicialmente com a introdução, abrangendo o problema da pesquisa e alocando os objetivos gerais e específicos, seguindo com o referencial teórico, fundamentado na orientação do estudo, apresentando seus conceitos e definições, que virá como embasamento para interpretação do que vai ser apresentado. A metodologia abordada será descritiva e qualitativa, uma pesquisa aplicada por meio de questionário, em hotéis do Rio Grande do Norte e entrevistas na Paraíba. Por conseguinte, a análise dos resultados, que mostra a realidade empírica dos fatos, consolidação da análise dos dados e concluindo com as considerações finais e referências.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. GESTÃO AMBIENTAL & DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A gestão ambiental no setor da hotelaria pode ser concebida como uma poderosa ferramenta do sistema administrativo gerencial indispensável no atual concorrente mercado globalizado. Cabe observar necessariamente que as questões operacionais e de estratégias devem estar concentradas em atender uma exigência cada vez mais emergencial do respeito ao meio ambiente natural, evitando a exposição ao risco de comprometer a continuidade da prestação de serviços, ou seja, a permanência no mercado; ocasionada pela pressão cada vez mais veemente da sociedade mundial. Somente desta forma, assim como o turismo é global, só os modelos de gestão que insiram no seu *status quo* formas ou sistemas de reciclagem, além de políticas sociais e ambientais poderão lograr êxito na maximização dos lucros.

Na visão de Barbieri (2012), o crescimento da consciência ambiental, ao modificar os padrões de consumo, constitui uma das mais importantes armas em defesa do meio ambiente. Quando a empresa busca capturar oportunidades através do crescente contingente de consumidores responsáveis através de ações legítimas e verdadeiras, que tendem a reforçar ainda mais a consciência ambiental, criando um círculo virtuoso, na qual a atuação mercadológica, marketing verde, como querem alguns, torna-se um instrumento de educação ambiental.

Gestão ambiental tem como objetivo primordial diminuir os impactos causados ao meio ambiente natural, incorridos pelas atividades das empresas, e evitar ao máximo o desperdício. Essa gestão nada mais é do que um planejamento estratégico voltado para redução dos passivos ambientais na fase de elaboração das atividades fins das entidades, e ainda a implantação de medidas organizacionais ecológicas.

Neste viés, pode-se enfatizar a afirmação de Ribeiro (2010), que o gerenciamento ambiental é o rol de ações e políticas corporativas vinculadas em harmonizar as atividades empresariais com o respeito ao meio ambiente natural.

Pode-se classificar, ainda, gestão ambiental como sendo o conjunto de fatores que norteiam o manejo integral do sistema ambiental. Como a gestão dos meios, sendo estes protegidos pelo seu valor natural. A ação de administrar o meio ambiente natural, na abrangência dos elementos que o constituem enquanto política ecológica.



São inúmeras as abrangentes questões do desenvolvimento sustentável que estão estreitamente vinculadas às atividades do sistema econômico, bastando para tanto neste momento observar a política nacional dos resíduos, fazendo referência à necessidade de uma gestão e gerenciamento destes, possibilitando a redução de produção do lixo, com o uso da reciclagem focado nos tratamentos adequados, respeitando o meio ambiente. Sobre o conceito de reciclagem, Valle (2019) apresenta o conceito da environmental protection agency, como sendo o ato de coletar, reprocessar, comercializar e utilizar materiais antes de serem transformados em lixo.

Desenvolvimento sustentável pode ser visto como o padrão que presume a relação entre economia, sociedade e meio ambiente. É a ciência de que o crescimento econômico deve levar em consideração a importância da inserção social e a proteção ambiental. Conseqüentemente, implicando no uso dos recursos naturais, respeitando os perímetros do meio ambiente, com uma gestão voltada à preservação os bens naturais, para que seus recursos não venham a ser esgotados.

Sobre o Desenvolvimento Sustentável, Melaré (2006) enfatiza que o Desenvolvimento Sustentável é aquele que garante a melhor qualidade de vida para as gerações futuras, sendo estável e equilibrado, trazendo uma interação das variáveis econômicas, social e ambiental.

Pode-se então concluir este tópico que desenvolvimento sustentável busca instituir o crescimento econômico necessário, garantindo a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para o presente e gerações futuras, consolidando uma harmonização entre estes.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTABILIDADE AMBIENTAL

Segundo Mendonça (1998), foi a partir da década de 1970 que as preocupações com o meio ambiente passaram a ter repercussão no meio social, vistas como graves e urgentes, e a partir deste período iniciaram as conferências e projetos em todo o mundo a fim de discutir questões de cunho ambiental.

A primeira foi a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas (CNUMAD), realizada em Estocolmo, Suécia. Posteriormente a Conferência de Belgrado em 1975, Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi em 1977. Em meados dos anos 80, as empresas mudaram o foco no sentido de atuarem nas causas em vez de



combater as consequências, sobretudo em função da evidência já dada aos impactos ambientais das atividades corporativas.

Nesse mesmo período surge o ativismo ambiental, com intuito de influenciar positivamente as empresas a mudarem suas políticas ambientais. As empresas líderes do mercado neste contexto passaram a ver contabilmente os gastos com proteção ambiental como investimentos futuros. Houve nessa década a II Conferência Mundial sobre Educação Ambiental de Moscou 1987, Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nos anos 90, na Inglaterra surge a ISO (*Internacional Organization for Standardization*) onde iniciou a elaboração das normas internacionais de proteção ambiental.

Tinoco e Kraemer (2004) reforçam que nos anos 90, houve uma grande evolução relacionada à preservação do meio ambiente, passando a fazer parte do cotidiano das pessoas a expressão qualidade ambiental. Nessa década foi realizada a Eco 92, no Rio de Janeiro que reuniu 178 países e 112 Chefes de Estados.

A Contabilidade ao longo dos tempos vem evoluindo conforme a economia, desenvolvendo novas técnicas de mensuração e evidenciação às variações do patrimônio. Conforme Marion, Traldi e Dias (2010), contabilidade é a ciência que estuda a formação e variação, registra e controla o patrimônio das entidades com fins lucrativos ou não. Instrumento de informações para a tomada de decisões dentro e fora da empresa, uma ciência social, que estuda e aplica as funções de controle e de registro referente aos atos e fatos da administração, mantendo o controle dos mesmos. Permitindo então, o controle do patrimônio da empresa evidenciando suas imputações, tais como, registrar, organizar, demonstrar, avaliar.

Em essência a contabilidade é a ciência que permite a previsibilidade dos empreendimentos, a viabilidade dos empreendimentos com base nos valores históricos e projeções futuras, podendo ser um norte, uma bússola por assim dizer de todo e qualquer negócio, podendo fornecer o máximo de informações necessárias que possam vir a servir de embasamento para tomada de decisão dentro da empresa.

Sobre a contabilidade ambiental Ribeiro (2010) afirma que não é uma nova ciência. Seu potencial é pouco explorado, usado, conhecido por grande parte do meio empresarial, um assunto que representa um conjunto de informações abrangendo condições dos registros e controles no que se refere ao meio natural, contribuindo de forma positiva para proteção do



meio ambiente, este como sendo gerador econômico e financeiro para a empresa por meio da exploração de seus recursos naturais de uma forma geral.

A contabilidade verde contribui para a sustentabilidade. A qualidade e os requisitos do sistema de contabilidade ambiental são similares aos do sistema de gestão ambiental (SGA), contendo: política ambiental, estratégias ambientais, contas ambientais, relatório ambiental, relatório de sustentabilidade, e balanço social (GONZALEZ e MENDOZA, 2020). O destaque da contabilidade na gestão empresarial minimiza uma série de problemas ambientais (LIN; ZHANG, LIU, 2020).

Partindo desse contexto, pode-se concluir contabilidade ambiental como o estudo e interpretação do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais), objetivando fornecer aos usuários informações acerca das variações no patrimônio, permitindo também sua identificação, evidenciação e mensuração.

Ela ainda representa fonte dos registros e informações não tão somente para empresa, como também para entidades governamentais, por implicar em problemas econômicos, políticos e sociais por meio de uma visão universal da escassez dos meios naturais, tendo em vista o uso da contabilidade para angariar benefícios por meios destes recursos.

Para Iudícibus, Marion e Faria (2017) o objetivo da contabilidade é o de divulgar informações processadas de aspectos econômicos e financeiros sobre o patrimônio, e complementarmente para stakeholders os dados socioambientais e não monetários, inclusive de natureza física.

STANESCU *et al.* (2021) acreditam que a Contabilidade Gerencial Ambiental (CGA) apresenta-se como o sistema gerador de informações com o propósito principal de informar, coletar, mensurar e evidenciar as transações ambientais, visando exercer o relevante papel de veículo de comunicação entre a empresa e a sociedade tendo a contabilidade ambiental com instrumento de suporte para continuidade da empresa.

Esta CGA é responsável direta pelos resultados das empresas, demonstrando aos seus usuários a importância do controle, e dos registros de suas atividades, inclusive referentes a sua responsabilidade socioambiental, garantindo uma boa produtividade, e continuidade dos seus negócios.

A contabilidade ambiental é entendida como o meio da busca para uma explanação das políticas empresariais de sustentabilidade ambiental. Verifica-se um considerável crescimento



nos projetos de preservação ambiental em todo o mundo, apresentando um destaque significativo no meio econômico e social, repercutindo diretamente nas operações das organizações.

Segundo Ribeiro (2010), as problemáticas ambientais devem ser evidenciadas como alvos de preocupações específicas da contabilidade, representando à contribuição de maneira empírica no desenvolvimento econômico sustentável fazendo menção às observâncias das interações existentes por entidades governamentais e não governamentais nacionais e internacionais.

Ao longo dos anos, o aumento da visão da aplicabilidade da contabilidade ambiental na gestão dos recursos naturais é uma realidade cada vez mais fática, na busca inerente de vantagens competitivas em meio às exigências do mercado. Segundo Ribeiro (2010), do ponto de vista da contabilidade, o que pode fazer constar nas demonstrações contábeis são os eventos e operações econômico-financeiras que refletem a interação da empresa com o meio ambiente.

A adoção de políticas ambientais para manter o controle, a preservação e recuperação do meio natural utilizado para recursos fins da empresa, implica diretamente na sua imagem junto ao consumidor final. Vale ressaltar que o consumidor está atento as empresas socialmente responsáveis, comprometidas com meio ambiente natural, a divulgação dos investimentos, gastos, e meios adotados à prevenção por meio do balanço social no fim de cada exercício social, sua responsabilidade socioambiental, sendo o mesmo implicado diretamente a todos os envolvidos nos processos da finalidade das empresas.

O modelo conceitual para integrar a interação das atividades empresariais com a contabilidade da gestão ambiental (STANESCU *et al.*, 2021) envolve cinco etapas, que são identificar a influência da empresa sobre o meio ambiente, mensuração dos impactos, alocação dos custos ambientais, internalização dos custos ambientais, e relatórios ambientais.

Segundo estes pesquisadores, esta interação das atividades empresariais com a contabilidade da gestão ambiental pode ser alcançada (STANESCU *et al.*, 2021) quando se identifica e avalia, do ponto de vista monetário, o impacto ambiental, e os custos ambientais. Isto através da inserção dos custos ambientais no processo de tomada de decisão, por meio de relatórios não financeiros.

Vê-se assim a importância da implementação da contabilidade ambiental. Cada vez mais crescente a percepção da sua aplicação nas empresas com atividades de cunho ambiental,



ressaltando as vantagens competitivas no mercado, por meio do consumo responsável dos recursos naturais.

2.2.1 Orçamento e controle

A implantação e utilização do orçamento, na gestão de uma empresa, representa ferramenta de grande relevância. No processo administrativo, contudo, para que seja executado com a exatidão esperada, deve aliar-se a empresa como um instrumento de controle. Sanvicente e Santos (2008) esclarecem que esses controles devem ser compreendidos e executados durante todo o processo de produtos e serviços, pois, quando relacionados ao planejamento destes, relacionam-se com os custos que estão sendo empregados para que o projeto seja bem sucedido, ou seja, seus custos sejam reduzidos.

Sanvicente e Santos (2008), ressaltam a relevância do orçamento nas empresas. Colocando o mesmo como sendo instrumento de controle e planejamento, itens que destaca como percussores para o sucesso das empresas.

Na verdade, a formalização e a sistematização do planejamento e do controle administrativos através de orçamentos criam condições para que se progrida no sentido da otimização da ação administrativa, documentando-se planos e programas e permitindo uma aferição mais objetiva do desempenho dos diversos setores da empresa. (SANVICENTE e SANTOS, 2008, p. 16).

Corroboram ainda que a função de controle não se esgota, com acompanhamento dos processos, enaltece o envolvimento do mesmo com a geração de informação, no processo decisório, no tocante ao desempenho almejado com a relação do que eventualmente foi realizado. Dando suporte às eventuais correções. Ou seja, um confronto, do que foi orçado com o que foi devidamente realizado.

Sobre estes aspectos de uma gestão administrativa é pertinente mencionar quais são as atividades de estudo deste livro inseridas em sentido específico na atividade hoteleira, e em um mais macro no setor turístico. Segundo Lunks (2004) as atividades destas empresas (grifo nosso), consideram-se: hospedagem, lavanderia, comunicações, alimentação de copa, restaurante e bar; além de outras como lazer, turismo, e aluguel de equipamentos, de salas de reuniões, de auditórios, para eventos.

O autor aborda, ainda, que o setor de serviços vem ocupando lugar de destaque na economia nacional, em sintonia com o sistema global, demonstrando crescimento acelerado (LUNKS, 2004).



Desta assertiva, bastante atual, pode-se mensurar o nível de atualização e importância deste estudo, notadamente pelo grau de relevância que o setor vem impondo no mercado, influenciado com forte impacto na geração de emprego e renda, bem como divisas e inserção de recursos financeiros para fomentar os comércios internos.

Já que o cenário de estudo são as empresas do setor hoteleiro, seria inadmissível não adentrar em estrutura básica de orçamentos, ponto basilar de todo o controle e gestão econômica e financeira.

2.2.2 Ativos Ambientais

Segundo Carvalho (2020), ativos ambientais são representados por todos os bens e direitos relacionados com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, que, por sua vez, estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para entidade.

De acordo com Iudícibus (2021), ativos são classificados como resultado do esforço da entidade, de natureza contínua, originados pelo meio ambiente natural pela organização, e por fatores intangíveis não necessariamente ligados a transações com o mundo exterior, mas que implicam diretamente nas relações com o meio ambiente natural.

Ribeiro (2010) ressalta que os ativos ambientais estão concentrados nos bens e direitos adquiridos pelas empresas, com a finalidade principal de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente natural. A este respeito frise-se que pesquisa conduzida por Díaz-Chao *et al.* (2021) mostrou que empresas que apresentam maior presença de ativos ambientais conseguem melhores lucros, fazendo nascer um indicativo de que uma administração ecologicamente correta ser eficiente também como estratégia de gestão econômica (POPOV, 2021).

2.2.3 Passivos Ambientais

Passivos de acordo com Iudícibus (2021) são entendidos como reservas ou restrições aos ativos, derivados de considerações legais, equitativas, econômicas ou gerenciais. Considera ainda como as exigibilidades da entidade ou contra os ativos desta.

De acordo com Carvalho (2020), passivos ambientais são compreendidos como as obrigações da entidade oriundas de danos ou infrações causadas ao meio ambiente natural, ou financiamentos a serem aplicados na área ambiental que deles decorram a entrega futura ou presente de ativos ou a prestação de serviços. O passivo pode surgir em decorrência de atitudes



positivas da entidade, desde que estas representem obrigações decorrentes de ações visando a recuperação, reparação ou gestão ambiental.

2.2.4 Receitas Ambientais

Hendriksen e Breda (1999) afirmam que as receitas são vitais para as empresas, a garantia de suas existências, e devem ser reconhecidas continuamente ao longo de todo o ciclo dos produtos. Sem receitas, não haveria lucros. Sem lucros, não haveria empresa, não existiria continuidade.

Iudícibus (2021), defende receita como sendo o valor monetário, extraído em determinado período da produção de bens e serviços da entidade, buscando o valor monetário do mercado, considerando o acréscimo de patrimônio líquido e bem como o acréscimo de ativo, não necessariamente, provocando, simultaneamente, um decréscimo do ativo e do patrimônio líquido, caracterizado pela despesa.

As receitas podem ser originadas também a partir da venda de subprodutos e materiais de reciclagem, pois, ambas serão fontes geradoras de recursos, podendo ser comercializados ou utilizados no processo de produção da empresa vindo a utilizar o que seria desperdiçado (CARVALHO, 2020).

Tinoco e Kraemer (2011) enumeram os exemplos de receitas ambientais como sendo prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos de sobras de insumos da produção, vendas de recicláveis, receitas de reaproveitamento energia (gás e vapor), redução de materiais, redução de energia e água, influência no faturamento das políticas ecológicas etc.

Desta forma, as receitas ambientais são resultantes de atitudes socialmente responsáveis, como exemplo, o aproveitamento ou venda de produtos reciclados, oriundos de sua produção, contribuindo dessa forma positiva para a obtenção das receitas.

2.2.5 Custos ambientais

Os custos são representados pelos gastos relacionados na produção de bens e serviços. Contudo, são associados aos produtos ou serviços gerados pela entidade de uma maneira geral, sem que haja uma segregação do que inerente ao meio ambiente (BRUNI e FAMÁ, 2008).

Ribeiro (2010), afirma que os custos ambientais compreendem todos os custos relacionados direta ou indiretamente aos ativos, ou seja, a produção de natureza ambiental que



pertencem às companhias. Como exemplo tem-se, as formas de amortização, depreciação e exaustão dos bens relativos à natureza, tratamento de resíduos dos produtos utilizados, recuperação e restauração de áreas degradadas ou contaminadas, pelas atividades operacionais das empresas, gastos com os gestores na preservação e recuperação do meio ambiente, e tudo o que for vinculado à produção limpa.

Os custos estão ligados ao processo de produção ou prestação de serviços. Segundo Ribeiro (2010) os custos ambientais estão relacionados diretamente e indiretamente com a proteção do meio ambiente. São exemplos: todas as formas de amortização, depreciação e exaustão dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental do empreendimento, tratamento de resíduos dos produtos, recuperação ou restauração de áreas contaminadas, mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente, e aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes, finaliza Ribeiro (2010).

2.2.6 Despesas ambientais

Conforme Carvalho (2020) as despesas ambientais são todos os gastos efetuados pela empresa que tenham relação com o meio ambiente. Importante lembrar que os gastos incorridos podem estar relacionados com as despesas, sempre que os gastos sejam contabilizados pela empresa. Considera-se despesas ambientais todos os gastos financeiros relacionados especificamente ao gerenciamento ambiental, incorridos no período e consumidos na área administrativa.

Iudícibus, Marion e Faria (2017) definem despesa como o sacrifício incorrido nos ativos, gerados em troca da obtenção de receitas. A despesa pode significar os gastos realizados no passado, no presente ou que virão a ser realizados.

De forma geral, pode-se dizer que o grande fato gerador de despesa é o esforço continuado para produzir receita (IUDICIBUS, 2021).

Consideram-se despesas ambientais todos os sacrifícios financeiros vinculados especificamente ao gerenciamento ambiental. Uma empresa minimamente organizada possui departamentos de gerenciamento ambiental, recursos humanos, compras e financeiro; e estes setores possuem atividades atreladas à vertente ambiental que visam controlar e minimizar os impactos ambientais de suas atividades na natureza. Estes gastos são considerados despesas ambientais (Ribeiro, 2010).



As despesas ambientais, portanto, estão presentes em qualquer entidade, e *intrinsecamente*, fazem parte das atividades operacionais.

2.2.7 Perdas ambientais

Segundo Ribeiro (2010), perdas refletem os gastos incorridos sem uma contrapartida em benefícios. Portanto, neste sentido, perdas ambientais são os gastos que não trarão benefícios para a entidade.

Podendo ser classificadas com normais e anormais, a forma normal que é previsível, com valores previamente definidos e admissíveis, estes, incluídos nos processos operacionais, na maioria das vezes sem segregação, visto que o custo não vai gerar benefício, e anormais, quando esta é inesperada, e de um volume relevante, são classificados como resultados não operacionais, e com segregação específica, RIBEIRO (2010).



3 METODOLOGIA

A pesquisa abordou como estudo a gestão de custos ambientais em hotéis do Rio Grande do Norte, e hotéis distribuídos em cidades na Paraíba, sendo realizado um comparativo entre os dois estados. A investigação de campo no Rio Grande do Norte transcorreu-se em julho de 2014, contudo, nos hotéis da Paraíba, em agosto e setembro de 2015.

A área de atuação em pesquisa abrangeu 6 (seis) municípios do Rio Grande do Norte, sendo eles: Areia Branca, Assu, Caraúbas, Macau, Mossoró e Tibau, tratando-se de 8 (oito) hotéis distribuídos entre estas. E os municípios localizados no estado da Paraíba, totalizam 4 (quatro) cidades, quais foram, Campina Grande, João Pessoa, Patos e Pombal, tratando-se de 8 (oito) hotéis distribuídos entre estas.

A população deste trabalho é formada pelo diretor, contador ou gerente geral das empresas (hoteis).

Já em função dos objetivos, na observação de seus registros e análises, esta pesquisa classifica-se com descritiva (MARION, DIAS e TRALDI, 2010), por concentrar suas características na descrição dos aspectos de determinado fenômeno, correlacionando variáveis ou fatos, implicando em observação, registro e análise.

Em relação aos seus aspectos de buscar identificar e diferenciar o mensurável e também imensurável, marketing verde, dentro da realidade contábil do setor hoteleiro, esta pesquisa se classifica no que tange a captação da realidade, conforme Demo (1998) e Gil (1996), como empírica, com trabalho de campo.

Nas relações das características, na captação da realidade, classifica-se como estudo de caso; pois, conforme Acevedo e Nohara (2007), a pesquisa caracteriza-se pela análise em profundidade de um objeto ou um grupo de objetos, sendo o estudo de caso, abordado como estratégia de pesquisa. Compreendendo o planejamento, as técnicas de coleta de dados e as abordagens de análise dos dados, o estudo de caso é uma forma de investigar um assunto seguindo-se um conjunto de procedimentos predeterminados.

Os procedimentos de estudo adotados foram fundamentados por meio de um questionário estruturado (MARCONE e LAKATOS, 2008) com perguntas objetivas e subjetivas, aplicado nos hotéis em questão. No Rio Grande do Norte, por meio eletrônico, na Paraíba, foi por entrevista aos responsáveis pelas empresas. Houve, o explícito compromisso em não se divulgar nomes ou dados isolados das empresas pesquisadas.



O tratamento dos dados se deu através de um confronto dos resultados com o referencial teórico, trazendo uma correlação entre a teoria, exposta no referencial teórico, e a prática, por meio das respostas colhidas nos questionários aplicados nos hotéis do Rio Grande do Norte e Paraíba. Ao término da coleta dos dados, fora feita uma análise dos questionários com uso do programa Excel para elaboração de gráficos, e os percentuais, com a finalidade de mostrar os resultados de forma mais clara e concisa.



4 RESULTADOS

Esta fase do trabalho resulta na análise das respostas colhidas junto ao contador ou diretor responsável pelos hotéis no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Em termos quantitativos, no Rio Grande do Norte, abrange 6 (seis) cidades, sendo elas, Areia Branca, Assú, Caraúbas, Macau, Mossoró e Tibau, tratando-se de 8 (oito) hotéis distribuídos entre elas, na Paraíba, envolve 4 (quatro) cidades, Campina Grande, João Pessoa, Pombal e Patos, igualmente em 8 (oito) empresas (hotéis).

Estas respostas do Rio Grande do Norte, foram colhidas no mês de julho de 2014, entretanto, nas cidades da Paraíba foram obtidas entre os meses de agosto e setembro de 2015, com o explícito compromisso assumido em não divulgar nomes ou dados isolados das empresas pesquisadas.

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO

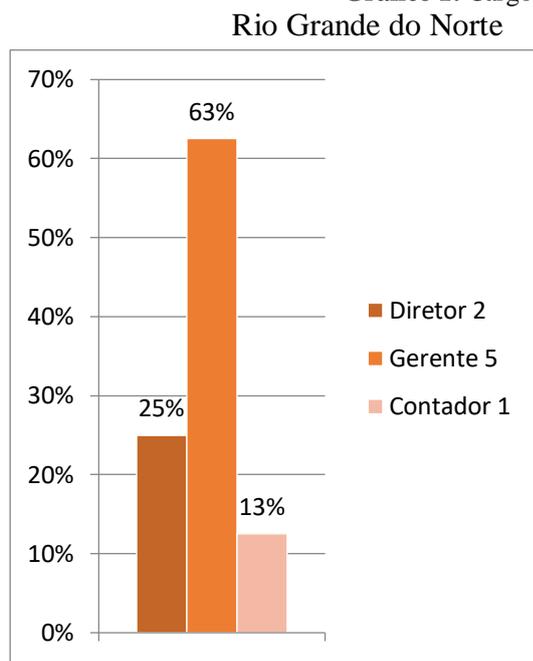
Esta parte do livro está focada na elucidação da realidade captada, por meio da representação e análise dos dados. De forma a trazer melhor compreensão das informações colhidas, sendo explanadas pela exposição dos resultados obtidos pelas perguntas direcionadas aos participantes da investigação.

A primeira pergunta foi sobre o cargo ou função ocupada nos hotéis. Como consta no gráfico, torna-se evidente, que 63% do questionário fora respondido pelo gerente, 25% respondido pelo diretor, e 13% respondido pelo contador das empresas localizadas Rio Grande do Norte. Nesta pergunta acatou-se a vinculação do conhecimento do entrevistado aos processos operacionais dos hotéis. Sendo indispensáveis aos aspectos qualitativos deste trabalho.

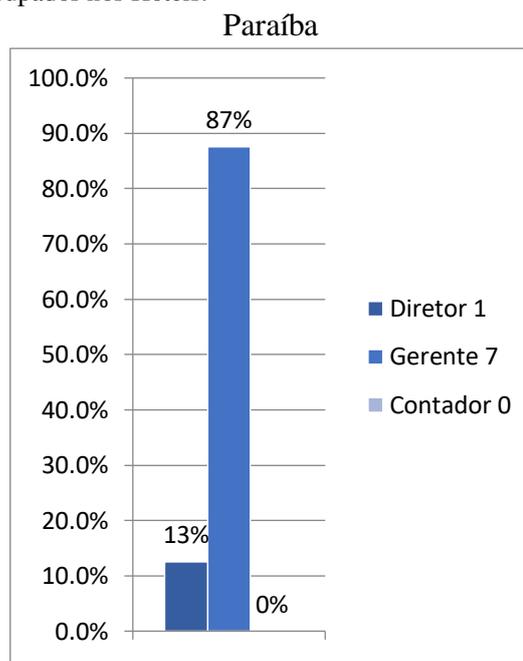
Verifica-se que na Paraíba, resultados diferentes, sendo a abrangência das entrevistas acolhidas formada 87% pelo gerente e 13% pelo diretor da empresa, não sendo encontrada entrevista cedida pelo contador das empresas (hotéis), como mostra o gráfico a seguir.



Gráfico 1: Cargo ou Função Ocupados nos Hotéis.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

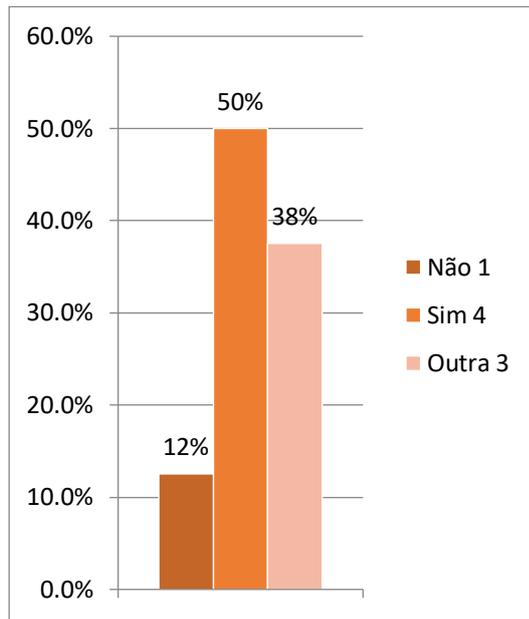
A segunda pergunta corrobora as características físicas das matérias-primas e dos materiais utilizados, de grande relevância, nas prestações de serviços da hotelaria, se os mesmos são renováveis. Como resposta, no Rio Grande do Norte constatou-se que 50% dos hotéis utilizam fontes renováveis em sua prestação de serviços. 12% dos hotéis, não utilizam recursos renováveis em sua prestação de serviços. 38% dos hotéis responderam outros.

Nas cidades que englobam a pesquisa na Paraíba, 87% utilizam insumos de recursos renováveis na prestação de serviços, e ressaltam a importância do reaproveitamento, destacando que partes destes insumos permanentes são reaproveitáveis, tais como a água, e o reaproveitamento do material de limpeza. Os hotéis que não fazem uso de recursos reaproveitáveis representam 13%. Ganhando destaque na sua relação com os objetivos da pesquisa, mencionada com base no referencial teórico no que concerne aos contabilidade ambiental, conforme Ribeiro (2010). Assim como está demonstrado no gráfico a seguir.



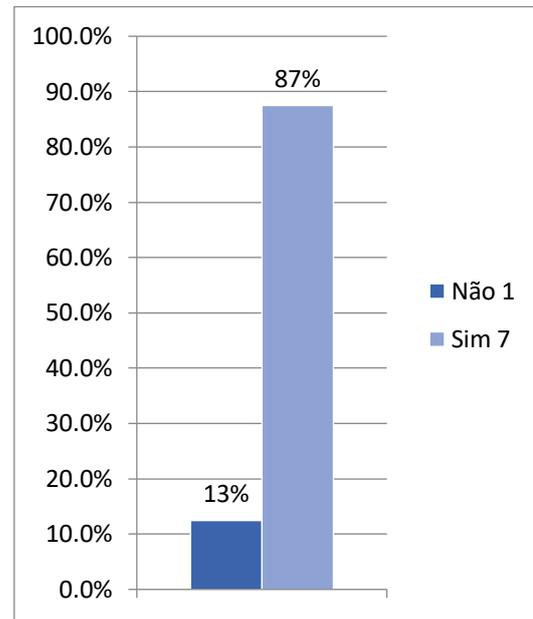
Gráfico 2: Características dos Renováveis.

Rio Grande do Norte



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Paraíba



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

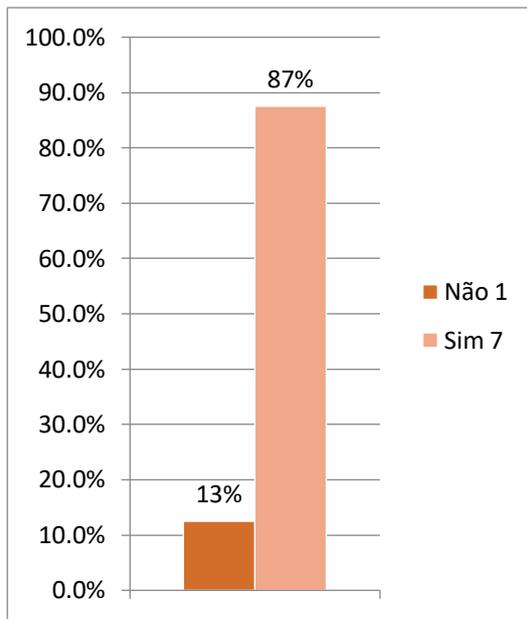
A terceira pergunta evidencia-se a existência de participação em programa de reciclagem, de maneira que o lixo produzido já fique disponibilizado separando do que é orgânico de plásticos, papéis etc. No Rio Grande do Norte, o lixo é reciclado, e separado do lixo contaminado proveniente dos banheiros. Cabe ressaltar, a existência de participação em programa de reciclagem em parceria com as secretarias de urbanismo dos municípios onde atuam os hotéis, de forma tal que seu lixo produzido já fica disponibilizado separando-se o que é orgânico de plásticos, papéis etc.; apresentando dentre as respostas, apenas uma exceção nos hotéis quanto à coleta seletiva do lixo e sua reciclagem, fazendo uso apenas a reutilização de materiais.

A mesma pergunta aplicada aos hotéis na Paraíba observou-se uma diferença maior em relação os hotéis do Rio Grande do Norte, pois dos hotéis entrevistados, 25% não participam de programas de reciclagem, tampouco realizam a coleta seletiva do lixo. Contudo, demonstram interesse em participar desses programas, visto que a grande maioria reconhece a importância deste trabalho e os benefícios que trarão para a empresa, já que 75% destes reciclam seu lixo produzido, além de fazerem a separação do lixo orgânico, elencam a reciclagem, como por exemplo, as trocas de luvas usadas na limpeza e na cozinha, e os talheres descartáveis usados ao servir o café da manhã.

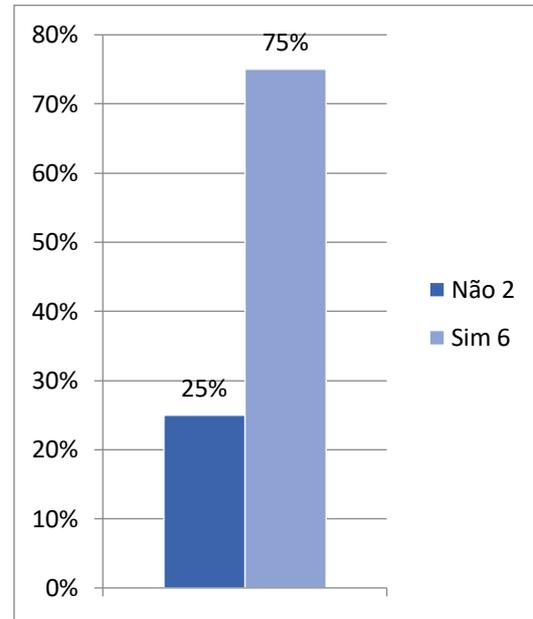


Este item atende aos objetivos da pesquisa e ganha notoriedade no referencial teórico, como ressalta Barbieri (2012), no sentido de contribuir com o marketing verde da empresa, quando esta procura a fidelidade nas oportunidades do contingente de consumidores responsáveis. Fica melhor elucidado no gráfico que segue.

Gráfico 3: Participação em Programas de Reciclagem.
Rio Grande do Norte **Paraíba**



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

A quarta pergunta buscou averiguar se os hotéis dispunham de algum outro programa relacionado com o meio ambiente. Além do descrito na questão anterior. E obteve-se como resposta sim. Ambos os hotéis que integram os municípios do Rio Grande do Norte e os pertencentes à Paraíba participam de programas de reiteração, preservação e manutenção ambiental, além da coleta seletiva e reciclagem do lixo, e de alguns outros materiais usados na prestação de serviço.

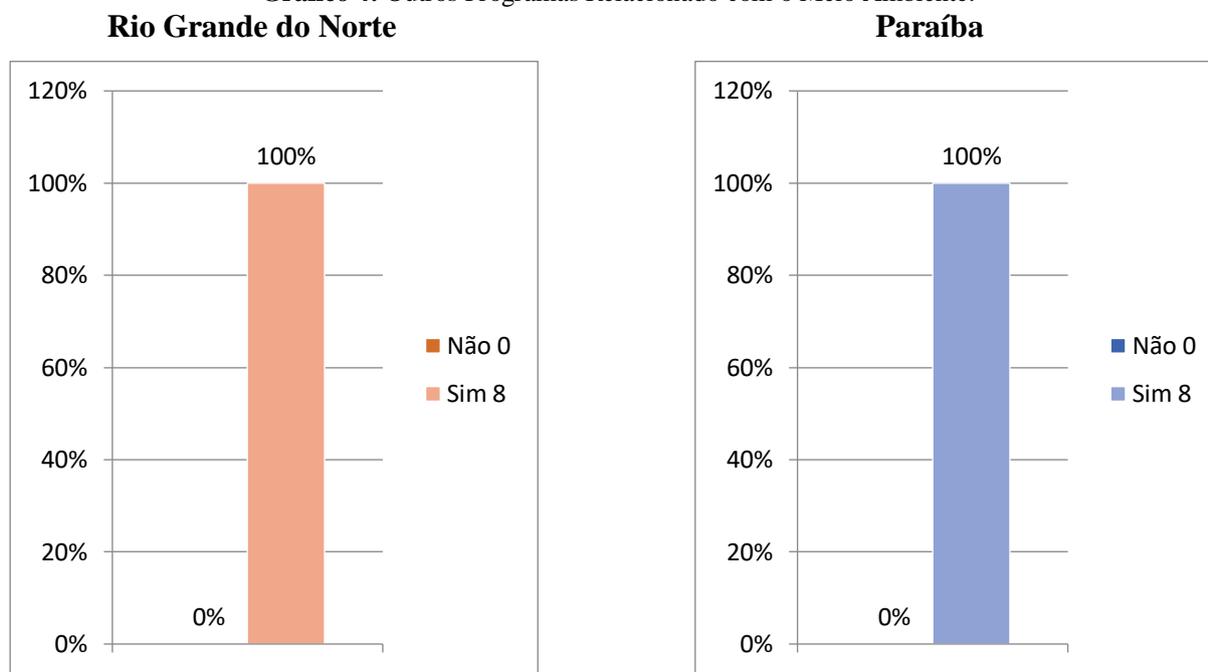
No Rio Grande do Norte, dentre esses programas destaca-se o PPRA, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, elaborado visando a saúde e integridade de seus colaboradores, na antecipação do conhecimento e controle da ocorrência dos riscos ambientais existentes, e ainda, Certificação Turismo Melhor que tem a vertente ambiental, com seção voltada a Consciência Ambiental e através deste, ofertam aos seus colaboradores treinamento e palestras específicas. Parte do lixo orgânico é utilizado na confecção da compostagem na horta e pomar, reaproveitamento de águas pluviais, sendo elas armazenadas em lago artificial para regar horta, pomar e jardim.



Ambos os estados utilizam sistema para economizar energia elétrica, destacando-se o uso de lâmpadas fluorescentes, e sensores de luz em todos os andares dos hotéis, a reutilização de água das piscinas para regar as plantas, e coleta seletiva de lixo em parceria com a prefeitura.

Na Paraíba, muito válido citar programas como o ‘Mar mais verde’ tendo um trabalho não só de prevenção, mas de conscientização, disponibilizando em cada andar, cestas específicas de reciclagem, diretamente ligado ao marketing verde da empresa. E o ‘Praia mais Limpa’, que consiste em um pessoal treinado a conscientizar os clientes em não degradar o meio ambiente, fazendo sua coleta individual do lixo produzido nas praias. Essa questão segue no mesmo viés da questão anterior, sustentado no referencial teórico na visão de Barbieri (2012). Tendo o resultado demonstrado graficamente.

Gráfico 4: Outros Programas Relacionado com o Meio Ambiente.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

A quinta pergunta buscou identificar vantagens econômicas nestes programas da questão anterior, obtendo resposta unânime e positiva para todos os hotéis elencados na pesquisa, ambos participam de programas de investimento na manutenção e plantio de árvores, além do sistema de economia da energia elétrica, e água, implicando diretamente na redução dos custos, trazendo consigo dividendos econômicos positivos.

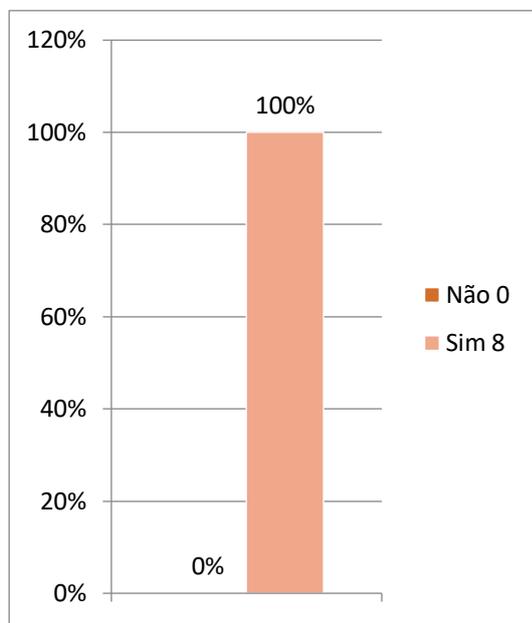
Esta questão abrange os objetivos da pesquisa, ao citar, relativamente e identificar a presença ou não de custos ambientais; analisar os orçamentos em confronto com a contabilidade de custos; e investigar a presença de medidas corretivas nos custos que estejam acima das



previsões orçamentárias. Por sua vez, ganha base conceitual, no que tange a gestão ambiental com uso da ferramenta da contabilidade ambiental evidenciada por STANESCU *et al.* (2021) no referencial teórico. Estando melhor elucidados nos gráficos que seguem.

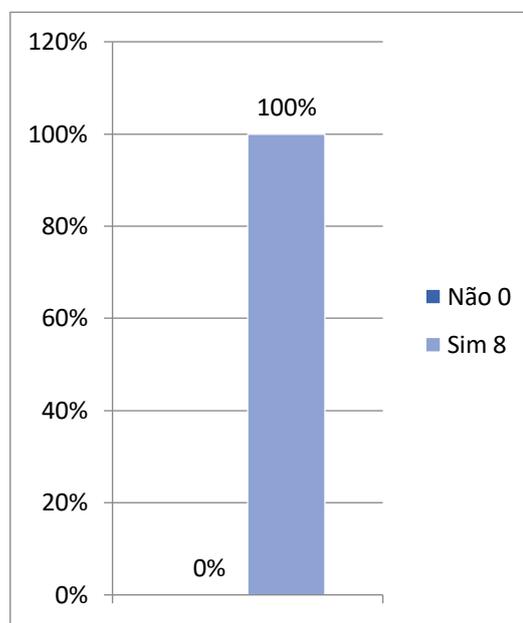
Gráfico 5: Vantagens Econômicas nos Programas de Reciclagem.

Rio Grande do Norte



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Paraíba



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

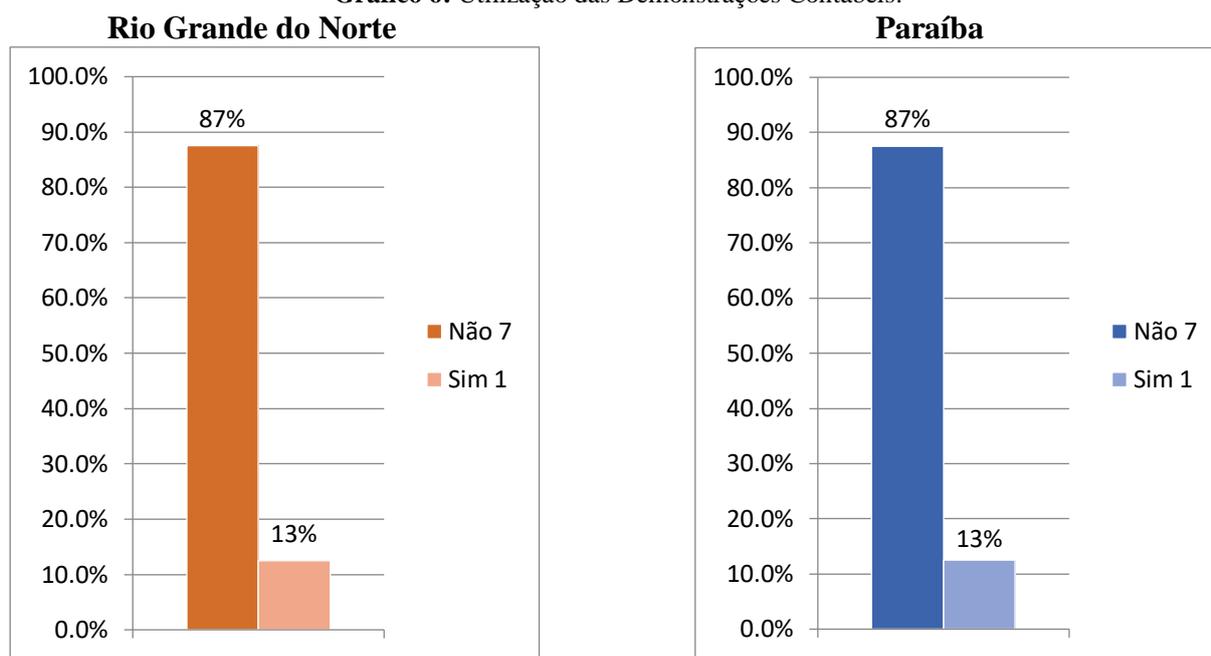
A sexta pergunta, versou sobre o uso das demonstrações contábeis para divulgar a inter-relação existente entre suas atividades operacionais e o meio ambiente natural, inserindo-se a segregação dos custos ambientais dos demais gastos tradicionais. Como resposta, no Rio Grande do Norte, na maioria obteve-se que não, afirmando eles a consciência dos custos ambientais, porém são registrados sem segregação ao que é inerente ao meio ambiente natural. Esses valores são gerenciados e registrados no rol comum dos demais custos e despesas fixas.

Nos referidos municípios da Paraíba, averiguou-se resultado similar, os hotéis não fazem segregação ao que é intrínseco ao meio ambiente natural, não obstante, relataram a inserção de estudo para viabilizar a introdução dos mesmos.

Esta questão corrobora para um dos enfoques da pesquisa, destacado nos objetivos, em averiguar a presença ou não de contas de custos ambientais segregadas dos demais gastos da prestação de serviços. Ganha, noutro aspecto, respaldo conceitual nas evidenciações de Bruni e Famá (2008), Ribeiro (2010) e Carvalho (2020), no quesito ser a contabilidade instrumento para tomada de decisões relativas aos aspectos ambientais. Seguem os gráficos.



Gráfico 6: Utilização das Demonstrações Contábeis.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

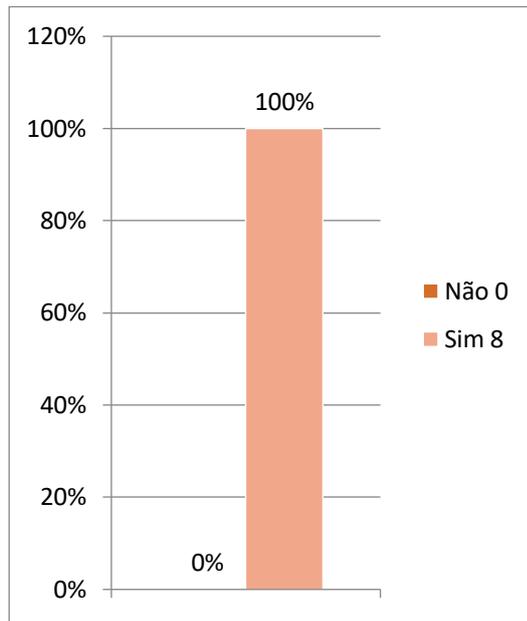
A sétima pergunta buscou saber se os hotéis elaboram seus orçamentos de serviços prestados de forma tal que existam controles dos custos de serviços prestados em relação aos incorridos através da comparação entre o que foi orçado e que efetivamente incorrido. Como resposta no Rio Grande do norte foi dito que sim, ressaltando que não é possível administrar um hotel sem a ferramenta dos números orçamentários. Na Paraíba, em unânime resposta sim, com grande respaldo, confirmando que não há como manter-se no mercado sem um prévio planejamento.

Este quesito ratifica os enfoques da pesquisa, ao detectar objetivamente a análise dos orçamentos em confronto com a contabilidade de custos propriamente dita, como foco da investigação na presença de medidas corretivas nos custos que estejam acima das previsões orçamentárias. Cabe frisar que esta pergunta segue o padrão das demais, quando ganha respaldo Sanvicente e Santos (2008), que abordam os aspectos relativos ao orçamento. Segue:



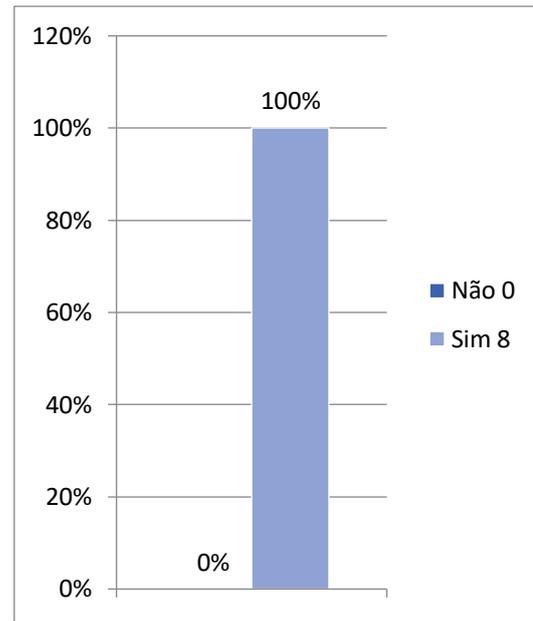
Gráfico 7: Elaboração de Orçamentos.

Rio Grande do Norte



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Paraíba



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

4.2 CONSOLIDAÇÃO DAS ANÁLISES DOS DADOS

No tocante aos quesitos levantados, no perfil dos hotéis no Rio Grande do Norte e Paraíba pode ser observado que não existe segregação de custos ambientais dos demais custos de serviços tradicionais. Na questão sobre as características físicas das matérias-primas e dos materiais utilizados, de grande relevância, usados na prestação de serviços, no Rio Grande do Norte, 50% usam recursos renováveis, e na Paraíba 87% dos hotéis entrevistados utilizam fontes renováveis à prestação de serviços.

No que tange o item das disposições de programas de reciclagem, os hotéis situados em municípios do Rio Grande do Norte, 87% sim, participam de programas de reciclagem junto às secretarias de urbanismos, entretanto, 13% não fazem parte de tais programas. Já os distribuídos na Paraíba, torna-se explícito a participação de 75% da população da pesquisa em programas de reciclagem, e 25%, muito embora façam a separação do lixo orgânico, não participam dos referidos programas.

Notoriamente, a contabilidade ambiental assume um grande papel entre o ramo hoteleiro e a sociedade de um modo geral, sendo ela responsável por abranger as informações necessárias ao curso das atividades essenciais ao meio ambiente natural, esclarecendo as informações que dão suporte ao processo decisório nas empresas, haja vista que, sustentabilidade ambiental não



se materializa se não por meio de uma gestão, um controle, sendo este esplandecido na contabilidade ambiental.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto das questões inerentes ao meio ambiente, e a crescente relevância que o envolve, abrange uma iniciativa voltada à imposição de busca pela reutilização dos recursos naturais, pela necessidade da evolução tecnológica. O avanço da globalização neste segmento econômico envolve um grande desafio para as empresas na vertente ambiental, a de ter uma cultura ecológica, com uso responsável dos recursos naturais. Isto implicando numa consciência da exploração da atividade hoteleira, ouvindo e informando, trabalhando em harmonia com o meio ambiente.

Diante deste entendimento, que tange ao norteamo dos danos ambientais causados pela ação do homem, aos resíduos produzidos, surge uma questão a ser observada, quem vai pagar o preço da recuperação dos recursos naturais que a busca econômica causou?

Essa interação existente deve ser absorvida de maneira corroborada no âmbito empresarial, de forma clara a abranger uma mensuração apropriada aos bens e recursos naturais, e evidenciar os benefícios ou danos ambientais causados pela atividade hoteleira, por meio da informação contábil, especificamente nas notas explicativas para as demonstrações financeiras, ou relatórios socioambientais proporcionando aos usuários o compromisso ecológico das corporações.

Essas ações de mensuração dos danos causados ao meio ambiente, e/ou ações em prol do meio ambiente, devem ser previamente estimados através de uma gestão estratégica de custos inerentes ao meio ambiente natural, e/ou gastos com planejamento e investimentos para sanar danos ecológicos em consonância com uma eficaz gestão ambiental.

Disto resulta, a relevância desta discussão entre as nuances das problemáticas ambientais a serem evidenciadas como alvos de preocupações específicas da contabilidade. Sendo de suma responsabilidade das empresas, atitudes que visem à preservação e proteção à natureza, ressaltando que as mesmas sejam geradores de suas riquezas, contempladas em relatórios gerenciais e/ou socioambientais o que é essencialmente a interação do hotel com o meio ambiente.

Estando estas proposituras diretamente ligadas à imagem da empresa, capturando oportunidades através dessa crescente contingente de consumidores responsáveis, sendo o marketing verde um dos mais imponentes aspectos na busca de vantagem competitiva,



agregando valor econômico a um hotel, quanto mais forem investidos com implantação de políticas ambientais de prestação de serviços sustentáveis ecologicamente.

Assim sendo, observou-se que as empresas pesquisadas nos municípios do Rio Grande do Norte e Paraíba, não utilizam uma gestão estratégica de custos ambientais de forma a segregá-los dos demais gastos de serviços prestados; e que não é possível afirmar que existe nos relatórios econômicos e financeiros, obrigatórios ou gerenciais, o uso das ferramentas da contabilidade ambiental.

Acerca dos objetivos específicos, observou-se nos resultados o uso de recursos renováveis, identificado ações de uso da reciclagem, coleta seletiva do lixo, e grande respaldo a participação de programas de cunho ambiental.

Ao que tange o uso das demonstrações contábeis como meio de divulgação da interação da empresa com o meio ambiente, tais atitudes não se confirmaram entre os hotéis. Em relação ao orçamento, há um notório destaque à gestão orçamentária, assertiva que se confirma entre os hotéis pesquisados. Ultimando-se com a percepção da falta da segregação dos gastos inerentes ao meio ambiente aos demais gastos de serviços prestados.

Entre as limitações encontradas no desenvolver da pesquisa, além do material necessário para embasamento, apesar de que as problemáticas ambientais não ser algo novo, pauta de grande relevância na atualidade, há escassez de material da área. Outro aspecto limitador foi uma notória resistência dos profissionais em contribuir para as pesquisas acadêmicas. No estado da Paraíba uma das dificuldades encontradas foi o deslocamento, visto que fora aplicado entrevistas em 4 (quatro) cidades diferentes.

Como sugestão para novos trabalhos há possibilidades para expansão da pesquisa, vislumbrando o enriquecimento da mesma, podendo ser incluído redes hoteleiras, e outros estados no comparativo da pesquisa, bem como aumentar a área de atuação nos hotéis já pesquisados, e aplicar a pesquisa isoladamente, outros estados.



REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial, conceitos, modelos e instrumentos**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRUNI, Adriano Leal, FAMÁ, Rubens. **Gestão de Custos e formação de Preços**. 5º edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2020.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DÍAZ-CHAO, Angel; FICAPAL-CUSÍ, Pilar; TORRENT-SELLENS, Joan. Environmental assets, industry 4.0 technologies and firm performance in Spain: A dynamic capabilities path to reward sustainability, **Journal of Cleaner Production**, [s I], v. 281, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www-sciencedirect.ez101.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0959652620353087?via%3DiHub>. Acesso em 14 mai 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 3. ed., 1996.
- GONZALEZ, Candy Chamorro; MENDOZA, Ketty Herrera. Green accounting in Colombia: a case study of the mining sector. **Environment, Development and Sustainability**, [s I], v. 23, p. 6453–6465, July 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-020-00880-1>. Acesso em 28/07/2021.
- HENDRIKSEN, E.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2017.
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A evolução de normas e recomendações internacional e nacional da contabilidade ambiental**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências contábeis) Universidade vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina.
- LIN, Huijuan; ZHANG, Yan; LIU, Xueying. Empirical research on the quality of environmental accounting Information disclosure based on SPSS. In: **Journal of Physics: Conference Series**, v. 1769, 5th International Conference on Computer Science and Information Engineering (ICCSIE), Oct. 2020. Dalian. **Anais eletrônicos** [...] Dalian, China, 2020. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1742-6596/1769/1/012023/meta>. Acesso em 28 jul 2021.
- LUNKS, Rogério João. **Manual de contabilidade hoteleira**. São Paulo: Atlas, 2004.
- MARCONE, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 3 ed., 2008.



MARION, José Carlos; TRALDI, Maria Cristina; DIAS, Reinaldo. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELARÉ, Geraldo José. **Práticas ambientais em operações industriais: um estudo em empresas de Campinas (SP) e região**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Cenecista de Varginha, FACECA, 2006.

POPOV, Alexey. Environmental investment as a tool for ensuring economic security of business entities: accounting aspects. *In: E3S Web of Conferences*, v. 262, p. 1-8, 1st International Scientific and Practical Conference “Innovative Technologies in Environmental Engineering and Agroecosystems” (ITEEA), 2021, [s I]. **Anais eletrônicos [...]**, [s I]. Disponível em: https://www.e3s-conferences.org/articles/e3sconf/abs/2021/38/e3sconf_iteea2021_03027/e3sconf_iteea2021_03027.html. Acesso em 29 jul 2021.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANVICENTE, Antonio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

STANESCU, Sorina Geanina; CUCUI, Ion; IONESCU, Constantin Aurelian; PASCHIA, Liliana; COMAN, Mihaela Denisa; NICOLAU, Nicoleta Luminita Gudanesu; UZLAU, Marilena Carmen; LIXANDRU, Mihaela Leasa. Conceptual Model for Integrating Environmental Impact in Managerial Accounting Information Systems. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [s I], v. 18, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/4/1791>. Acesso em 30/07/2021.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade gestão ambiental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14.000**. 12 ed. São Paulo: Pioneira, 2019.



AUTORES

KAILLI MILENE DE FIGUEIREDO MELO

Contadora pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Especialista em Contabilidade e Planejamento Tributário na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

AURIS MARTINS DE OLIVEIRA

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UERN).

ROSÂNGELA QUEIROZ SOUZA VALDEVINO

Professora de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora e Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

SÉRGIO LUÍZ PEDROSA SILVA

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Temas de estudo: Geografia Econômica (aglomerados Produtivos), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

JOSÉ SUELDO CÂMARA FERREIRA

Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).



AUTORES

CASSIO RODRIGO DA COSTA ALMEIDA

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Auditor Independente. Pós-Graduado em Auditoria Contábil pela UERN. Mestre em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

JORGE EDUARDO DE MEDEIROS LOPES

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Contador - Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS). Mestre em Ciências Contábeis - Universidade de Brasília (UnB). Pós-Graduado em Auditoria Contábil - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

PABLO MARLON MEDEIROS DA SILVA

Professor em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Doutor em Administração pela Universidade Potiguar (UnP).

BRENA SAMARA DE PAULA

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Fiscal na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

GESTÃO DE CUSTOS AMBIENTAIS:

Um estudo comparativo em hotéis de municípios do
Rio Grande do Norte e Paraíba

Kailli Milene de Figueiredo Melo
Auris Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino
Sérgio Luíz Pedroza Silva
José Sueldo Câmara Ferreira
Pablo Marlon Medeiros da Silva
Cássio Rodrigo da Costa Almeida
Jorge Eduardo de Medeiros Lopes
Brena Samara de Paula



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

GESTÃO DE CUSTOS AMBIENTAIS:

Um estudo comparativo em hotéis de municípios do
Rio Grande do Norte e Paraíba

Kailli Milene de Figueiredo Melo
Auris Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino
Sérgio Luíz Pedroza Silva
José Sueldo Câmara Ferreira
Pablo Marlon Medeiros da Silva
Cássio Rodrigo da Costa Almeida
Jorge Eduardo de Medeiros Lopes
Brena Samara de Paula



2022